

**DESIGUALDADE, DIREITOS SOCIAIS E (RE)ARRANJOS
INSTITUCIONAIS: IMPACTOS DA COVID-19
NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

Gabriel Borges da Silva¹

Marilha Gabriela Reverendo Garau²

No final de 2019, o primeiro caso de coronavírus foi reportado na China, na província de Wuhan, uma das sete cidades mais populosas do país. Quatro meses depois, impulsionada pelos fluxos de uma economia global, a COVID-19 ganhou proporções mais relevantes, levando a Organização Mundial de Saúde (OMS) a declarar estado de pandemia mundial em março de 2020. O aprofundamento da gravidade do cenário significou sérias consequências para a saúde global e para as relações sociais como um todo. Isso porque o vírus pode ser identificado como uma espécie de “agência não-humana” (Latour, 2012). Assim, um objeto do campo biomédico cuja existência social se realiza na relação de mútua afetação com o mundo humano. Ainda hoje, em 2022, a COVID-19 está entre nós. Cada vez mais há processos de entendimento a respeito do vírus como algo que fará parte das nossas vidas de agora em diante. Quando este dossiê foi idealizado, havia uma sensação de total insegurança em relação aos efeitos, causas e consequências do impacto da pandemia. Isto, não somente pensando a respeito da citada questão de saúde pública, também em outros

¹ Doutor em Sociologia e Direito (Universidade Federal Fluminense, Brasil). Professor Substituto da Universidade Estadual do Mato Grosso. <http://lattes.cnpq.br/1219097565776177>. <https://orcid.org/0000-0001-7080-7676>. gabrielborgesadv@yahoo.com.br. Endereço para correspondência: Não informado. Telefone: Não informado.

² Doutora em Sociologia e Direito (Universidade Federal Fluminense, Brasil). Pós-Doutoranda em Antropologia (Universidade Federal Fluminense, Brasil). <http://lattes.cnpq.br/5726080821624933>. <https://orcid.org/0000-0002-7421-4226>. marilha_garau@hotmail.com.

aspectos de caráter global, como aqueles que envolvem questões sociais e econômicas. Das pesquisas que aqui o leitor poderá apreciar, há uma percepção geral de entendimento de que o impacto do vírus não se deu de forma igualitária. Sendo assim, atualmente se faz importante a coleção de conteúdos como hora se apresenta neste dossiê, posto que a firmação do vírus entre nós, condiciona a toda sociedade a lidar com a COVID-19. Além, disso por conta da doença atualmente ainda se morrem 100 pessoas por dia no Brasil³. Ou seja, a COVID-19 ainda está e continuará entre nós.

Como é sabido, as principais recomendações para conter a circulação e expansão da contaminação envolvem o reforço da higiene pessoal e o isolamento social. No entanto, a sociedade brasileira é historicamente marcada por uma desigualdade de renda que está diretamente relacionada ao acesso a direitos e serviços públicos. No que tange à desigualdade no acesso à saúde, os dados da Pesquisa Nacional de Saúde de 2013⁴ indicam que entre os 20% mais pobres da população, 94,4% não têm plano de saúde e 10,9% se autoavaliam com saúde regular, ruim ou muito ruim, mas não consultaram um médico no último ano. Entre os 20% mais ricos, esses índices são de apenas 35,7% e 2,2%, respectivamente. Dados que, de pronto, levam ao menos à reflexão sobre disparidades a respeito do acesso ao direito à saúde. Tais fatos se confirmam quando observadas as pesquisas presentes nesse dossiê que demonstram, desde a desigualdade na possibilidade de trabalhar com segurança, com questões que perpassam por novos olhares para pesquisas, por desigualdades de como se morre, para além do vírus, posto que a pandemia desencadeou consequências em setores não correlatos, como por exemplo, na produção de segurança pública. As pesquisas dispostas no dossiê demonstram desde a ampliação de controle violento e produção de mortes por agências de estado; até desigualdades em relação ao trato com os corpos mortos por COVID-19 em

³ Brasil registra 122 novas mortes por Covid; média móvel segue em queda | Coronavírus | G1 (globo.com)

⁴ Centers for Disease Control and Prevention, 2020. Preliminary estimates of the prevalence of selected underlying health conditions among patients with Coronavirus disease 2019 United States, February 12 March 28, 2020. MMWR Morb Mortal Wkly Rep 2020;69:382386. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15585/mmwr.mm6913e2>.

âmbito funerário. Dessa forma, o dossiê reuniu pesquisas de urgente importância para compreensão dos desafios do presente e do futuro. Aqui, espera-se não somente produzir entendimentos sobre aspectos relacionais que surgiram com a pandemia, mas estimular a produção de pesquisas nesse sentido.

A proposta do presente dossiê se deu no que foi considerado o auge da pandemia de Covid-19⁵ e visou reunir trabalhos que refletissem sobre os impactos da Covid-19 nas distintas regiões e localidades brasileiras. Ao considerar relações estruturais que perpassam por desigualdades sociais, históricas e pela reflexão sobre os diversos contextos a partir das regionalidades brasileiras, evidenciou-se um cenário importante para produção de pesquisas. Ao longo dos últimos anos, é notório que a pandemia impactou significativamente a sociedade brasileira, sobretudo na forma como as relações sociais são conduzidas, bem como realçando desigualdades na condução de tais realidades sociais que não eram consideradas. Por conta desses fatores, o cenário social mostrou-se complexo de modo que tais mudanças merecem ser refletidas e analisadas por meio de pesquisas de caráter científico. Para além do fato de discursos científicos-oficiais disputarem espaço com discursos de cunho não-científico, ideológico e político, a pandemia explicitou uma forte característica da sociedade brasileira: a desigualdade jurídica e social, no que se refere ao acesso aos direitos sociais fundamentais, além da notória desigualdade econômica. É possível afirmar que tais fatores acentuaram ou suavizaram a forma de lidar com a pandemia.

Nessa esteira, além do acesso à saúde ser mais ou menos restrito para os variados estamentos sociais, o direito/dever de isolamento social também se revelou nesse processo como um “privilégio” de determinados segmentos da sociedade, o que colocou em xeque o argumento inicial de que o vírus é “democrático”. Afinal, demonstrou-se que o vírus causava menos impacto em relação a perspectiva da morte do que outras questões com a utilização, por

⁵ A proposta foi apresentada no ano de 2020.

exemplo, do *caverão* em operações policiais no Rio de Janeiro. Dinâmicas que causavam mais medo e pavor de moradores de lugares chamados de favela do que a própria COVID-19 (Silva, 2019; Silva, 2020).

Compreender tais impactos sob variados olhares empíricos nos parece de suma importância para o entendimento de consequências e clareza para adoção de futuras medidas. Neste sentido, é com muita honra e satisfação que apresentaremos os artigos reunidos a partir desta coletânea, que os leitores poderão apreciar em nosso dossiê. Afinal, para nossa equipe, foi prazeroso e um enorme aprendizado ter acesso às pesquisas, não somente as que integram o dossiê, mas as demais que nos chegaram a partir da nossa chamada.

Como já ressaltou Norbert Elias (2001, p. 10) “a morte é um problema dos vivos”. Uma das questões que se desdobram desta constatação é a necessidade de dar um destino para o corpo morto. E, se, dada as singularidades culturais, não pudermos tratar nossos entes queridos de forma adequada? É certo que os processos sociais que produzem vida e morte estão inevitavelmente conectados a essas desigualdades sociais explícitas. Nesse sentido, o trabalho que inaugura esse dossiê intitulado **“Ninguém podia sepultar os mortos”: Covid-19 e suas implicações para os circuitos funerários brasileiros**, de Sabrina Melo Del Sarto e Helena Monaco, parte da máxima de que a morte é mais do que um fenômeno biológico, possui dinâmicas sociais que irão envolver relações, crenças e emoções. No caso da pandemia ao tempo da escrita deste editorial, em junho de 2022, totalizavam 670 mil mortes oficiais registradas, segundo o Ministério da Saúde. O auge de mortes no Brasil aconteceu em março de 2021, o que significou um aumento considerável na carga de trabalho no setor funerário no período em referência. Questões como sobrecarga de atividades, riscos ocupacionais e exposição à doença são evidenciadas ao longo do artigo, sobretudo porque não há consenso acerca da preparação e manuseio de cadáveres com a utilização dos novos equipamentos de segurança, tanto de questões que demandam cuidados específicos sobre o morto quanto tabus relacionados aos familiares do

falecido. Indicando-se no artigo questões profissionais de toda uma categoria de trabalhadores, do que a pesquisa chamou de “complexo funerário”. Ou seja, questões que dizem respeito a empresas e trabalhadores do ramo funerário. Ao apontar os diversos circuitos que atuam e dialogam nesse processo de fabricação da morte e da pessoa morta (Neves, 2014), o artigo trouxe como reflexão a realidade de profissionais que tem como trabalho lidar diretamente com esse mercado, como os coveiros e os *tanatopraxistas* que diante dos protocolos não cumpridos e da subnotificação de casos de COVID-19 foram atingidos em caráter único pelos efeitos da pandemia. Tais resultados tornam a pesquisa produzida pelas autoras de caráter ímpar para entender um pouco as questões encaradas por todos os atores que atuam nesse “complexo funerário”.

As relações de trabalho como um todo foram impactadas pela pandemia na forma de crescente desemprego. Além disso, foram desencadeados outros fenômenos como a redução de renda, a insegurança em relação ao futuro, o medo de ser contaminado e a expansão de novas modalidades de trabalho, que em certa medida possibilitaram e amplificam a precarização de atividades trabalho e da vida dos trabalhadores respectivamente. Todos os estes são alguns aspectos demonstrados no artigo **Mundo do Trabalho e Covid-19: um panorama sobre essa relação e a proposição de agenda para um grupo de pesquisa**. Os autores Débora Coutinho Paschoal Dourado, Angélica Pereira Soares, Mariana Larissa dos Santos Silva e Newton Claizoni Moreno de Melo analisaram mais de 4.000 notícias que conectavam relações de trabalho ao contexto de pandemia. Dentre outras questões, a pesquisa teve o grande mérito de evidenciar a exploração do trabalho e como as desigualdades estruturais se acentuaram nesse contexto. Os resultados alcançados levam à compreensão de que a COVID-19 representa mais do que uma crise de saúde, senão uma crise humanitária que aprofunda desigualdades históricas e acelera mudanças que já vinham ocorrendo no mundo do trabalho, fragilizando ainda mais a mão de obra já precarizada. Ou seja, a pesquisa permitiu observar processos de

vulnerabilização do trabalhador, com o olhar de que o trabalho vai muito além das relações grifadas em uma perspectiva neoliberal.

A pesquisa indica ainda que práticas discursivas hegemônicas se manifestaram no período da pandemia, como discursos que reforçam a ideia do empreendedorismo e individualismo. Se algumas empresas divulgaram medidas tomadas para proteger os trabalhadores, por outro lado denúncias foram realizadas por trabalhadores por condições inadequadas de trabalho. Dentre as muitas sugestões apresentadas pelo trabalho, os autores sugerem aprofundamento dos estudos sobre o papel do Estado durante a pandemia. Além disso, propõe a necessidade de reflexão e produção de uma agenda de políticas públicas que coloque novamente o Estado enquanto ator central na reorganização do trabalho para a produção de condições melhores que as existem para os trabalhadores. Portanto, a leitura do artigo é muito esclarecedora a respeito dos impactos nas relações de trabalho relacionadas com os desafios postos pela COVID-19. Inclusive, na reflexão sobre processos de desigualdades.

Ao refletirmos conjuntamente sobre nossas pesquisas observamos que para a manutenção da desigualdade que, por exemplo, o Rio de Janeiro comporta, há uma distribuição de direitos a partir de uma tutela arbitrária do Estado (Garau, 2016; Silva, 2019). Então estes direitos, de ordem precária, mantêm as pessoas das classes que recebem um péssimo tratamento do Estado em uma condição que se “confirma”. De modo a tornar nebulosa a percepção de que estão precários devido a forma como as instituições lidam com suas vidas a partir de mercados que envolvem afeto, servidão, cuidado, desconfiança, perigo, controle e dentre outras práticas (Gomes, 2015; Silva, Gomes, 2021). No âmbito da segurança pública o estado de calamidade pública anunciado se torna propício para a consolidação de práticas arbitrárias seja no ambiente de trabalho conforme as duas pesquisas abordadas até aqui demonstram, seja por instâncias autoritárias do aparato do que entendemos por Estado, com o trato de policiais

de forma desigual a populações consideradas distintas e que resultam em processos de produção de mortes.

Dois artigos apresentados neste dossiê dialogam com tal perspectiva. Embora tratem de realidades situadas em estados de regiões diversas do país, quais sejam Pernambuco e Rio de Janeiro. Ambos chamam atenção para os processos de produção de morte por parte do Estado e excesso de controle policial de determinadas parcelas da população, durante o período da pandemia. Interessante que apesar de distintas regionalidades, as consequências sociais e as ações que são legitimadas por um discurso oficial de combate ao crime e ao criminoso são bem próximas. O artigo **Necropolítica e Segurança Pública em Pernambuco durante a pandemia**, que foi produzido por Amanda Lins Cavalcanti Galindo e Raissa Lustosa Coelho Ramos, chama, dentre outros fatores, atenção para o fato de que durante o primeiro semestre de 2020 houve aumento nas taxas locais de homicídio, em decorrência do aumento da letalidade policial provocada por operações deflagradas no Estado de Pernambuco. A exposição conclui que a existência de uma estrutura prévia colonialista serve de respaldo à política de morte perpetrada pelo Estado, na medida em que a atuação policial denota uma faceta do caráter repressivo, orientado para o controle de populações específicas e reprodução de desigualdades históricas. Como no caso do encarceramento no período pesquisado, que conforme os dados produzidos no artigo aumentaram e, principalmente, sobre um público específico, qual seja a população negra e pobre do Estado de Pernambuco.

No mesmo sentido, o trabalho **“Operações policiais”: uma proposta de exercício multi-situado e multiescalar de regionalização dos impactos da violência armada em favelas durante a pandemia no Rio de Janeiro** demonstrou que apesar da liminar proferida pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito da ADPF 365, não houve efetiva suspensão das “operações policiais”. Fato é que os autores Eduardo de Oliveira Rodrigues e Elizabete Albernaz identificaram que a falta de precisão quanto à definição daquilo classificado enquanto “operação

policial”, comina no uso indiscriminado por parte das instituições policiais de violência bélica. Isso porque mais do que somente uma categoria que justifica ações de combate ao tráfico de drogas, as dinâmicas de regulação violenta de determinados territórios da cidade estão relacionadas a rendimentos atrelados aos interesses particulares dos atores. Como no caso do recorte de pesquisa proposto no artigo, que identificou que as intensidades das “operações policiais” coincidem com o crescimento das chamadas “mílicas” na área observada na Cidade do Rio de Janeiro. Expressando a “regionalizações da violência” e a “distribuição desigual das *operações policiais*”.

Vale a reflexão de que tais pesquisas expressam olhares sobre processos de produção de cidadania. Se faz, instigante ao passo que parecem intimamente relacionados com a relação de precariedade no contexto brasileiro. Pesquisas (Silva, 2014; 2015; Pires, 2010; 2011), apontam a prevalência da lógica da precariedade que corresponde a uma série de justificativas que vêm permitindo a manutenção das hierarquias no espaço público brasileiro, legitimando a atuação estatal arbitrária, sobretudo frente às demandas sociais daqueles considerados precários. Isto em várias dimensões da vida, como o trabalho e a circulação pela cidade. A priori em relação aos impactos da pandemia, podemos observar as práticas que conciliam regimes desiguais de tratamento via moralidades estabelecidas ou não em lei, que permitem o controle dos sujeitos e a gestão de mercados em permanente suspeição (Silva, 2014; 2019). Ao se colocar em contraste referenciais de práticas e discursos sobre “vida x morte” e “contaminação x isolamento social” em tempos de pandemia, tais processos explicitam conflitos, em meio a perspectivas sociais e econômicas desiguais, como no exemplo da precarização de sujeitos. Portanto os artigos presentes nesse dossiê, como referido, produzem entendimentos, reflexões e consensos a respeito desta problemática que é anterior a pandemia, mas que intensificou e revelou desafios por conta da Covid-19.

Outras instituições de controle formal de igual modo foram parte ativa no processo de (re)arranjo de suas atividades típicas e burocráticas a partir do advento do cenário pandêmico. O trabalho da autora Ana Cléia Gonçalves de Aguiar, intitulado: **"Estou vindo de uma reunião na Promotoria, ela me orientou a enviar um ofício, pedindo que os adolescentes permaneçam mais quinze dias em casa.": experiência de adolescentes em medida socioeducativa em Niterói no contexto de pandemia pelo novo coronavírus**, descreve etnograficamente como se deu a mediação de conflitos no âmbito do judiciário da cidade de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, envolvendo adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em um Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS).

Na prática, a ausência de canais de diálogos entre os adolescentes, familiares, a equipe técnica e coordenação não impediram a intensificação do controle no cumprimento das medidas socioeducativas, via remota. O contexto pandêmico obrigou o judiciário a rever o fluxo processual e documental, tornando mais célere as decisões sobre execução das sanções, mesmo num cenário em que os centros para desenvolvimento das atividades não estavam acessíveis para o desenvolvimento de atividades. A partir da etnografia a autora percebeu que a ideia do "vigiar" dava fundamento para medidas que expressavam tons punitivos. Inclusive, não garantindo direitos para os jovens nesse contexto. Ou seja, as questões etárias aqui envolvem os aspectos de desigualdade em relação aos processos de controle e produção de cidadania. Já que, conforme demonstrou a autora, o contexto pandêmico deteriorou ainda mais as condições socioeconômicas dos adolescentes, visto que estes não foram "público prioritário dos benefícios socioassistenciais". Tais fatores são confirmados pela burocracia para ter acesso a tais direitos em forma de benefícios, bem como a normatização dos procedimentos e as exigências que o seguem como frequência escolar e documentações.

Nesse sentido, chama-se atenção para o interesse nas subjetividades dentro das corporações de controle sob a ótica dos conceitos de Michel Foucault e Gilles Deleuze, tais como “regime de poder”, “governamentalidade”, “sociedade de controle” e “modulação” ao pensar sobre as interferências na maneira de o indivíduo se constituir como sujeito. As observações de Deleuze acerca do poder, baseadas nas reflexões de Foucault (Deleuze, 2005), revelam que o exercício de poder aparece como um fator de afetação. Ao passo que a própria força se define pela sua capacidade de afetar outras forças com as quais se relaciona e, por outro lado, de ser afetada por outras forças. O poder de transformar, incitar, induzir, desviar são afetos ativos, enquanto ser incitado, ser induzido ou ser desviado são afetos reativos. Toda força afeta e é afetada. Nessa perspectiva haveria, por tanto, uma resistência em toda relação de poder.

Assim, a atualidade desse tema remete à sua relevância ao passo que os impactos diretos da pandemia, resultantes na morte e contaminação de sujeitos, bem como os indiretos, tais como desemprego e impossibilidade de exercício de atividades econômicas, parecem mais uma vez refletir traços estruturantes da sociedade brasileira relacionados às desigualdades. Nessa conjuntura, o dossiê é encerrado pelo trabalho reflexivo desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa denominado Círculo de Leituras, do Grupo de Estudos Multidisciplinares em Ambiente, Saúde e Sociedade (GEMASS), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRJ), campus Niterói. Ao refletir sobre soluções alternativas para que a humanidade planetária não volte a sofrer crises sanitárias desta magnitude, **Capitalismo, crise ambiental e pandemia: caminhos para forjar a esperança** coloca no centro da reflexão as práticas capitalistas neoliberais como protagonistas das crises ambientais e de saúde pública. De autoria de Raphaela Reis Conceição Castro Silva, Etiane Araldi e Mariana Spacek Alvim, o texto propõe que tão somente a partir da invenção de novas formas de relação com o meio ambiente é possível pensar sobre o enfrentamento preventivo de cenários análogos.

De acordo com a pesquisa, há necessidade de tratar de forma exploratória as bases da sociedade ocidental, que se baseia na superioridade da raça humana em relação a outras espécies e tudo que engloba a natureza. Antes mesmo da pandemia, para os autores o modo de produção capitalista precisava ser afetado criticamente para construção e percepção de alguns dos seus limites. Fato é que não tomar esse conhecimento afetou e continuará afetando a criação de ambientes de precariedade, violência, adoecimento e morte. Ou seja, a pandemia não trouxe novidades nesse sentido, apenas acentuou. Por outro lado, a explicitação de tais problemáticas permite propor algumas possibilidades de ação, conforme demonstra a pesquisa. Então, produzir cidadãos e não clientes seria um dos desafios deflagrados nesse contexto. Já que a pandemia, teria duas possibilidades de avaliação seja em uma perspectiva imediata e em outra perspectiva a partir de olhares de seus fatores sistêmicos. Valendo-se da primeira abordagem, o intuito é desvelar o nexo de causalidade entre a Covid-19 e o início da pandemia e da segunda ótica desenvolver novas estratégias de resistências para novas crises. Ou seja, diante de todos os problemas atuais, o texto apresenta propostas de inovação, inclusive, para o desenvolvimento de pesquisas nesse sentido.

Assim, os artigos aqui reunidos permitem a analisar e refletir sobre as mobilizações de sistemas repressivos, coercitivos, assistenciais e mediadores na lida com conflitos no cenário pandêmico no caso do contexto brasileiro. A partir da exploração do conflito entre as expectativas morais dos sujeitos e discursos oficiais, locais, científicos e normativos em disputa, a discussão sobre os desafios para contenção da pandemia da Covid-19 se revelaram. Afinal, como dito na introdução desta apresentação, esta tem o quinhão de proporcionar um olhar sobre os impactos (individuais, sociais, econômicos e jurídicos) causados pelas restrições de mobilidade impostas durante o período de isolamento social necessário e para o presente e futuro, visto que a pandemia ainda continua produzindo mortes em todo mundo.

Por outro lado, as pesquisas apresentadas se utilizaram de variadas estratégias na construção dos dados. Os trabalhos apresentam inovações e adaptações do ponto de vista metodológico, levando em consideração as limitações de circulação e respeito à ordem sanitária, determinadas pelo período pandêmico. Igualmente, o valor dado ao exercício descritivo e reflexivo para a construção dos dados, se confirmou na verificação de como se dão os processos observados, com foco em seu desenvolvimento, desdobramentos e relação do objeto da pesquisa.

Desta forma, o dossiê evidencia, problematiza e relativiza práticas institucionais e os reflexos sobre os atores envolvidos, em meio à pandemia, produzindo um diálogo acadêmico para discussão e reflexão sobre os impactos das desigualdades sociais. A compreensão de tais impactos, sob variados olhares empíricos, revelou-se de suma importância para o entendimento das consequências de relações desiguais, designando clareza para adoção de futuras medidas de promoção de saúde e acessos a direitos de cidadania.

Conforme explicitado anteriormente, a proposta de organizar o presente dossiê surgiu ainda em 2020 ante a preocupação de pensar relações sociais em cenário de crise sanitária, enquanto a pandemia ainda se desenrolava progressivamente do ponto de vista numérico, porém de forma alarmante em escala relacional. Por isso, o trabalho que se entrega aos leitores foi construído em meio a tempos e circunstâncias particularmente intrincadas. Desta feita, na condição de organizadores, gostaríamos de saudar novamente todos aqueles que viabilizaram esta apresentação. Em especial o Conselho Editorial da **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade** ante o acolhimento da proposta, especialmente ao Professor Luiz Alex Saraiva pela sempre gentil dissolução de nossas intermináveis dúvidas. Nosso especial agradecimento aos autores que contribuíram com o envio de inúmeros manuscritos, assim como aos revisores anônimos pelas sugestões de aprimoramento dos textos.

Por fim, aos nossos leitores, esperamos que as reflexões apontadas possam auxiliar em atuais e futuros debates, bem como na construção de problemas de pesquisa que tenham potencial reflexivo acerca das consequências do controle pandêmico, seja em escala local ou global.

REFERÊNCIAS

Cardoso de Oliveira, Luís R. (2002). *Direito legal e insulto moral – dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

Carvalho, Jose M. (2002). *Cidadania no Brasil – o longo caminho* (3a ed). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Da Matta, Roberto (1979). Você sabe com quem está falando? In Roberto Da Matta. *Carnavais, malandros e heróis* (pp. 136-193). Rio de Janeiro, Zahar.

Deleuze, Gilles (2005). *Foucault*. São Paulo: Brasiliense.

Deleuze, Gilles (1992). *Conversações, 1972-1990*. São Paulo: Editora 34.

Deleuze, Gilles & Parnet, Claire (1996). *Diálogos*. Lisboa: Relógio D'Água.

Dumont, Louis (2000). *O individualismo. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco.

Elias, Norbert (2001) *A solidão dos moribundos*. Rio de Janeiro: Zahar.

Foucault, Michel (2008). *Nascimento da biopolítica*. São Paulo. Martins Fontes.

Foucault, Michel (1996). *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola.

Garau, Marilha G. R. (2016). *Quem sobrevive vai ao baile – uma análise etnográfica das relações entre a Polícia Militar e a comunidade em uma favela ocupada por uma UPP*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil.

Gomes, Fabio M. (2015). Amizades muito hierárquicas: direitos e emoções nas relações entre domésticas e patroas. *Cadernos de Campo*, 24, 290-314.

Kant de Lima, Roberto (1999). Polícia, justiça e sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. *Revista de Sociologia e Política*, 13, 23-38.

Latour, Bruno (2015). *Reagregando o social: uma introdução a teoria ator-rede*. Salvador: Edufba.

Latour, Bruno & Woolgar, Steve (1997). *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

Lobão, Ronaldo J. S. (1998). *Servidor público: a serviço do Estado ou a serviço do público?* Monografia de graduação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil.

Mota, Fabio R. (2005). O Estado contra o Estado: direito, poder e conflitos no processo de produção da identidade “quilombola” da Marambaia. In Roberto Kant de Lima (Org.). *Antropologia e direitos humanos* (pp. 133-184). Niterói: EdUFF.

Neves, Marcos F. A. (2014). *Por onde vivem os mortos: o processo de fabricação da morte e da pessoa morta no segmento funerário de Porto Alegre*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

Pires, Lenin (2011). *Esculhamba, mas não esculacha! Uma etnografia dos usos urbanos dos trens da Central do Brasil*. Niterói: EdUFF.

Reis, Elisa (2004). A desigualdade na visão das elites e do povo brasileiro. In Celi Scalon (Org.). *Imagens da desigualdade* (pp. 37-73). Belo Horizonte: UFMG.

Santos, Wanderley G. (1987). *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira* (2a ed). São Paulo: Paulus.

Silva, Gabriel B. (2021) "Caverão vírus, essa mata mais do que a COVID-19!": sistema de justiça e seus regimes de desumanização em lugares chamados de Favela. *Juris Poiesis*, 24(34), 726-749.

Silva, Gabriel B. (2019). "*Quantos ainda vão morrer eu não sei*": o regime do arbítrio, curtição vida e morte em um lugar chamado de favela. Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil.

Silva, Gabriel B. (2014). *Entre precariedades e os "direitos" que delas advém: uma etnografia do Mercado Popular da Uruguaiana*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil.

Silva, Gabriel B.; Gomes, Fábio M. (2020). Lavo, passo e cozinheiro na sua casa e pros seus filhos, mas meu filho que mora comigo fica largado na favela": reflexões sobre suspeição e precariedade nos casos do "cria de favela" e da "empregada doméstica. *Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia*, 50, 173-196.

DESIGUALDADE, DIREITOS SOCIAIS E (RE)ARRANJOS INSTITUCIONAIS: IMPACTOS DA COVID-19 NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Resumo

Texto de abertura do dossiê temático “Desigualdade, direitos sociais e (re)arranjos institucionais: impactos da Covid-19 na sociedade brasileira”.

Palavras-chave: Desigualdade. Direitos sociais. (Re)arranjos institucionais. Covid-19. Sociedade Brasileira.

DESIGUALDAD, DERECHOS SOCIALES Y (RE)ARREGLOS INSTITUCIONALES: REPERCUSIONES DE LA COVID-19 EN LA SOCIEDAD BRASILEÑA

Resumen

Texto de apertura del dossier temático "Desigualdad, derechos sociales y (re)arreglos institucionales: impactos de Covid-19 en la sociedad brasileña".

Palabras clave: Desigualdad. Derechos sociales. (Re)acuerdos institucionales. Covid-19. Sociedad brasileña.

INEQUALITY, SOCIAL RIGHTS AND INSTITUTIONAL (RE)ARRANGEMENTS: IMPACTS OF COVID-19 ON BRAZILIAN SOCIETY

Abstract

Opening text of the thematic dossier "Inequality, social rights and institutional (re)arrangements: impacts of Covid-19 on Brazilian society".

Keywords: Inequality. Social rights. Institutional (re)arrangements. Covid-19. Brazilian Society.

CONTRIBUIÇÃO

Gabriel Borges da Silva

O autor declara ter contribuído para este texto da seguinte forma: financiamento (equânime), concepção (equânime), teorização (equânime), coleta de dados (principal), análise de dados (equânime) e conclusão (equânime).

Marilha Gabriela Reverendo Garau

A autora declara ter contribuído para este texto da seguinte forma: financiamento (equânime), concepção (equânime), teorização (equânime), coleta de dados (principal), análise de dados (equânime) e conclusão (equânime).

CONFLITOS DE INTERESSE

Es autores declaram não haver conflitos de interesse.

PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Es autores declaram que foram observados os princípios e preceitos éticos que norteiam a pesquisa com seres humanos no estudo que serviu de base para esta contribuição.

AGRADECIMENTOS

-

COMO CITAR

Silva, Gabriel B. & Garau, Marilha G. R. (2022). Desigualdade, direitos sociais e (re)arranjos institucionais: impactos da covid-19 na sociedade brasileira. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 9(25), 468-486.